

Ritmo Logística S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Ritmo Logística S.A.
Curitiba - Paraná**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ritmo Logística S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ritmo Logística S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 22 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Ritmo Logística S.A.

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.744	19.794	Fornecedores		10.874	7.958
Contas a receber de clientes	6	37.169	21.926	Empréstimos e financiamentos	11	19.234	23.439
Estoques		647	669	Salários e encargos sociais	12	4.089	3.648
Impostos a recuperar	7	335	874	Impostos a recolher	13	2.826	1.952
Despesas antecipadas		443	406	IRPJ e CSLL a recolher	13	475	-
Adiantamentos a fornecedores		89	435	Dividendos a pagar		300	3.627
Outros ativos		-	86	Outros passivos		41	29
		<u>43.427</u>	<u>44.190</u>			<u>37.839</u>	<u>40.653</u>
Não circulante				Não circulante			
Mútuo com coligadas	8	2.840	12.740	Empréstimos e financiamentos	11	13.871	11.332
Depósitos judiciais		6.205	3.090	Impostos diferidos	14	9.584	8.359
Impostos a recuperar	7	-	2.490	Provisão para contingências	21	4.531	4.531
Investimentos		45	45			<u>27.986</u>	<u>24.222</u>
Intangível	10	1.237	1.509			<u>65.825</u>	<u>64.875</u>
Imobilizado	9	68.452	60.726	Total do passivo		<u>65.825</u>	<u>64.875</u>
		<u>78.779</u>	<u>80.600</u>	Patrimônio líquido	15		
				Capital social		52.747	52.747
				Reserva de lucros		3.634	7.168
						<u>56.381</u>	<u>59.915</u>
Total do Ativo		<u>122.206</u>	<u>124.790</u>	Total do Passivo		<u>122.206</u>	<u>124.790</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ritmo Logística S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Operações continuadas			
Receita operacional líquida	16	224.942	215.698
Custo dos serviços prestados	17	<u>(202.002)</u>	<u>(191.832)</u>
Lucro bruto		22.940	23.866
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	17	(14.204)	(11.745)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	<u>3.304</u>	<u>1.552</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		12.040	13.673
Receitas financeiras		2.050	3.939
Despesas financeiras		<u>(6.658)</u>	<u>(4.317)</u>
Resultado financeiro líquido	18	(4.608)	(378)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>7.432</u>	<u>13.295</u>
Imposto de renda e contribuição social	14 (b)		
Corrente		(1.456)	(1.295)
Diferido		<u>(1.040)</u>	<u>(3.252)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>4.936</u></u>	<u><u>8.748</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ritmo Logística S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	<u>4.936</u>	<u>8.748</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>4.936</u></u>	<u><u>8.748</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ritmo Logística S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção		
Em 31 de dezembro de 2015	<u>82.401</u>	<u>871</u>	<u>8.134</u>	<u>-</u>	<u>91.406</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.748	8.748
Redução de capital	(29.654)	-	-	-	(29.654)
Distribuição de dividendos	-	-	(8.508)	-	(8.508)
Destinações do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	437	-	(437)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.077)	(2.077)
Retenção do lucro	-	-	6.234	(6.234)	-
Em 31 de dezembro de 2016	<u>52.747</u>	<u>1.308</u>	<u>5.860</u>	<u>-</u>	<u>59.915</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.936	4.936
Distribuição de dividendos	-	-	(3.781)	-	(3.781)
Destinações do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	247	-	(247)	-
Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio	-	-	-	(4.689)	(4.689)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>52.747</u>	<u>1.555</u>	<u>2.079</u>	<u>-</u>	<u>56.381</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ritmo Logística S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.432	13.295
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	9.772	4.687
Lucro na venda de imobilizado	(1.854)	(479)
Juros sobre empréstimos provisionados	2.106	756
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(61)	(132)
Provisão para contingências	-	342
	<u>17.395</u>	<u>18.469</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução no contas a receber de clientes	(15.182)	1.631
Redução / (aumento) em mútuo com coligadas	9.900	(12.740)
Redução / (aumento) nos estoques	22	(608)
Redução em impostos a recuperar	3.029	1.596
(Aumento) em outros ativos	(2.720)	(2.096)
Aumento em fornecedores	2.916	1.104
Aumento em contas a pagar	437	3.117
	<u>15.797</u>	<u>10.473</u>
Caixa proveniente das operações	15.797	10.473
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(1.456)</u>	<u>(1.295)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>14.341</u>	<u>9.178</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(6.539)	(2.980)
Ganho na alienação de imobilizado	<u>2.547</u>	<u>700</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(3.992)</u>	<u>(2.280)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de recursos	9.610	15.941
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(22.656)	(9.493)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(2.106)	(756)
Distribuição de dividendos	(10.247)	(8.508)
Redução de capital em dinheiro	-	(29.654)
	<u>(25.399)</u>	<u>(32.470)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	<u>(25.399)</u>	<u>(32.470)</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(15.050)</u>	<u>(25.572)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>19.794</u>	<u>45.366</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u><u>4.744</u></u>	<u><u>19.794</u></u>
Transações que não afetaram o caixa		
Captações de financiamentos para aquisição de imobilizado	11.380	3.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Ritmo Logística S.A. ("Companhia" ou "Ritmo") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na rua João Kalinowski, 170 Curitiba - PR. Tem como atividade preponderante a prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas gerais e perigosas, em veículos próprios ou de terceiros.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2018. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas nesta nota explicativa.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos e estimativas

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6** - contas a receber de clientes (provisão para crédito de liquidação duvidosa);
- **Nota explicativa 9** - imobilizado - vida útil do ativo e valor residual; e
- **Nota explicativa 21** - provisão para contingências.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3.2 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Serviços prestados

As receitas de serviços de transporte são reconhecidas à medida que os serviços correlatos são prestados e possam ser medidos de forma confiável, dentro de critérios previstos contratualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

3.3 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre financiamentos, e variação cambial.

3.5 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico (vide Nota 9), menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Itens do imobilizado	2017	2016
Edificações	25	25
Cavalos mecânicos	7 a 8	7 a 8
Carretas e equipamentos	9 a 10	9 a 10
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	5	5
Outros	5	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.7 Instrumentos financeiros

3.7.1 Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

b. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

c. *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

d. *Contas a receber de clientes*

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

e. *Contas a pagar aos fornecedores*

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

f. *Financiamentos*

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.7.2 **Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.7.3 **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7.4 **Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.7.5 *Impairment de ativos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

3.9 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.10 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.11 Novas normas e interpretações não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada e está em processo de avaliação dos seus potenciais efeitos, se houver, em suas demonstrações financeiras.

Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo no período de adoção inicial.

CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48, publicado em julho de 2014, substitui as orientações existentes na CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que deve refletir o modelo de negócios e expectativa de fluxo de caixa utilizados pela Companhia na administração de seus ativos financeiros.

(i) *Classificação - Ativos e passivos financeiros*

Os ativos financeiros passarão a serem classificados em três categorias, quais sejam: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38: “mantidos até o vencimento”, “empréstimos e recebíveis” e “disponíveis para venda”.

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados ao custo amortizado ou a valor justo pelo resultado (instrumentos derivativos), o qual não foi alterado pelo CPC 48.

A Companhia avalia que a aplicação do CPC 48 não terá impacto significativo sobre os saldos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017, considerando que os ativos financeiros estavam classificados como “empréstimos e recebíveis” e passarão a ser classificados como “custo amortizado”, portanto não havendo modificação significativa em sua mensuração.

(ii) *Redução no valor recuperável (Impairment)*

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas”. Essa mudança exigirá um julgamento sobre como a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A metodologia prevista no CPC 48 e aplicável principalmente para contas a receber de longo prazo, ou seja com prazo superior a 12 meses, razão pela qual estabeleceu estágios 1 e 2 diferenciando a expectativa de perda de créditos.

Os ativos financeiros de curto prazo da Companhia representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos não tem apresentado aumento no risco de crédito e também não há, em 31 de dezembro de 2017, expectativa de aumento no risco de crédito que poderia requerer aumento significativo na provisão para perdas esperadas em relação a Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

CPC 47 “Receita de contratos com Clientes”

O CPC 47 fornece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por qual valor uma receita deve ser registrada. Esse pronunciamento substitui o CPC 30 - Receitas e CPC 17 - Contratos de Construção e vigorará a partir dos exercícios iniciados em ou depois de 1º de janeiro de 2018.

O CPC 47 provê maior detalhamento para o reconhecimento da receita, estabelecendo que esta deva ser registrada quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente e estabelecendo, também, maior detalhamento nas divulgações.

(i) *Prestação de serviços*

A Companhia está envolvida na prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas gerais e perigosas, em veículos próprios ou de terceiros. Quando serviços incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço. A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço.

De acordo com o CPC 47 , o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais serão determinados com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para transações de venda de cada serviço separadamente.

Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares. Portanto, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.

CPC 06 “Arrendamentos”

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único para contabilização de arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, estabelecendo o reconhecimento, com limitadas exceções, de ativos e passivos pelo arrendatário. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. O registro por parte dos arrendadores não teve mudanças significativas.

O CPC 06 (R2) substitui o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e a ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Essa norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Adoção antecipada é permitida somente se houver sido aplicado o CPC 47 antes do CPC 06 (R2).

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção do CPC 06 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção Do CPC 06 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Os serviços vendidos pela Companhia são predominantemente denominados em reais. O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos de mercado tais como oscilações de taxas de câmbio, preços de *commodities* e taxas de juros. A governança e as macrodiretrizes desse processo estão definidas na Política de gestão de riscos de mercado.

A Política de gestão de riscos de mercado é complementada por outras políticas, que estabelecem diretrizes e normas para: (i) Gestão de exposição cambial, (ii) Gestão de exposição a taxa de juros, (iii) Gestão de riscos de emissores e contrapartes e (iv) Gestão de liquidez e endividamento financeiro.

a. Risco de mercado

A Companhia possui aplicações financeiras atreladas à taxa CDI e, portanto, sensíveis às mudanças da mesma no mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de financiamentos de longo prazo. Os financiamentos emitidos às taxas fixas e variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

b. Risco de crédito

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata tendo como contraparte instituições financeiras que apresentam *ratings* de crédito superiores a "A", por consequência minimizando o risco.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes, sempre que necessário.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política de gestão de liquidez e endividamento, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional.

O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Financiamentos	19.234	5.221	8.599	51
Fornecedores e outras obrigações	19.477	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016				
Financiamentos	23.439	5.140	5.273	919
Fornecedores e outras obrigações	17.214	-	-	-

d. Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	2017		2016	
	Dólares norte- -americanos	Reais (*)	Dólares norte- -americanos	Reais (**)
Ativo				
Contas a receber de clientes	596	1.972	408	1.329
Exposição líquida	596	1.972	408	1.329

(*) Considera a taxa de 3,3079 cotada em 31/12/2017

(**) Considera a taxa de 3,2591 cotada em 31/12/2016.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	2017	2016
Total dos financiamentos (Nota 11)	33.105	34.771
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	4.744	19.794
Caixa líquido	(28.361)	(14.977)
Total do patrimônio líquido	55.509	59.915
Total do capital	27.148	44.938

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e bancos	979	5.806
Aplicações financeiras	(i) <u>3.765</u>	<u>13.988</u>
	<u>4.744</u>	<u>19.794</u>

- (i) As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB's) remunerados a taxa de 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e apresentam liquidez imediata.

6 Contas a receber de clientes

	2017	2016
No país	39.054	24.515
No exterior	1.972	1.329
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.857)</u>	<u>(3.918)</u>
	<u>37.169</u>	<u>21.926</u>

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

A necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é avaliada tomando como base a situação de cada título vencido, quando aplicável.

		Saldo vencido							
Exercícios	Saldo a vencer	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	> 181 dias	Provisão para perda	Total	
31/12/17	31.222	5.428	264	135	120	3.857	(3.857)	37.169	
31/12/16	20.146	1.344	60	78	298	3.918	(3.918)	21.926	

7 Impostos a recuperar

	2017	2016
Ativo circulante		
CSLL a recuperar	69	26
IRPJ a recuperar	266	562
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	-	89
ICMS a recuperar	<u>-</u>	<u>197</u>
	<u>335</u>	<u>874</u>
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	<u>-</u>	<u>2.490</u>
	<u>335</u>	<u>3.364</u>

8 Mútuo com coligadas

a. Saldos e transações

Em 2017, a Companhia saldou o valor de R\$ 9.900 do contrato de mútuo com a Companhia Martini Meat S.A., perfazendo um saldo de R\$ 2.840. As cláusulas do contrato possuem incidência de 1% ao mês de juros sobre o saldo devedor.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pela diretoria. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 979 (R\$ 963 em 2016). A Companhia não concede à pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

9 Imobilizado

a. Composição

	2017			2016	% Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Benfeitorias em bens de terceiros					
Edificações	1.940	(295)	1.645	1.634	4%
Imobilizado próprio em operação					
Cavalos mecânicos (caminhões)	40.882	(11.612)	29.270	24.052	8%
Carretas e equipamentos	52.730	(16.220)	36.510	34.305	8%
Móveis e utensílios	434	(122)	312	291	10%
Equipamentos de informática	997	(733)	264	365	20%
Outros	493	(42)	451	79	20%
	<u>97.476</u>	<u>(29.024)</u>	<u>68.452</u>	<u>60.726</u>	

O valor total de ativos financiados oferecidos em garantia em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 22.008 (R\$ 18.770 em 31 de dezembro de 2016).

b. Movimentação

Classes do imobilizado	2016	Movimentação até 31 de dezembro de 2017			
	Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação do exercício	Líquido
Cavalos mecânicos	24.052	8.664	-	(3.446)	29.270
Carretas e Equipamentos	34.305	8.577	(689)	(5.683)	36.510
Móveis e Utensílios	291	65	(4)	(40)	312
Edificações	1.634	87	-	(76)	1.645
Equipamentos de Informática	365	41	-	(142)	264
Outros	79	393	-	(21)	451
	<u>60.726</u>	<u>17.827</u>	<u>(693)</u>	<u>(9.408)</u>	<u>68.452</u>

Classes do imobilizado	2015	Movimentação até 31 de dezembro de 2016			
	Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação do exercício	Líquido
Cavalos mecânicos	23.844	2.286	(30)	(2.048)	24.052
Carretas e Equipamentos	33.210	3.268	(191)	(1.982)	34.305
Móveis e Utensílios	268	56	-	(33)	291
Edificações	1.459	242	-	(67)	1.634
Equipamentos de Informática	464	81	-	(180)	365
Outros	92	5	-	(18)	79
	<u>59.337</u>	<u>5.938</u>	<u>(221)</u>	<u>(4.328)</u>	<u>60.726</u>

10 Intangível

a. Composição

	2017			2016	% Taxas médias anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Intangível					
Direitos de software	1.925	(1.471)	454	726	20%
Marcas e patentes	783	-	783	783	
	<u>2.708</u>	<u>(1.471)</u>	<u>1.237</u>	<u>1.509</u>	

b. Movimentação

Classes do intangível	2016	Movimentação até 31 de dezembro de 2017			2017
	Líquido	Aquisições	Baixas	Amortização do exercício	Líquido
Direitos de software	726	92	-	(364)	454
Marcas e patentes	783	-	-	-	783
	<u>1.509</u>	<u>92</u>	<u>-</u>	<u>(364)</u>	<u>1.237</u>

Classes do intangível	2015	Movimentação até 31 de dezembro de 2016			2016
	Líquido	Aquisições	Baixas	Amortização do exercício	Líquido
Direitos de software	998	87	-	(359)	726
Marcas e patentes	783	-	-	-	783
	<u>1.509</u>	<u>92</u>	<u>-</u>	<u>(364)</u>	<u>1.237</u>

11 Empréstimos e financiamentos

Os saldos mantidos como empréstimos e financiamentos, em moeda nacional, são referentes, substancialmente, a captação de FINAME para aquisição de implementos rodoviários com prazo de vencimento de 60 meses.

Modalidade	Encargos anuais médios		Passivo circulante		Passivo não circulante		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Em moeda nacional								
Capital de giro	CDI+5,59%	CDI+4,92%	11.097	16.000	-	-	11.097	16.000
Finame	7,62%	6,12%	7.665	7.208	13.182	10.801	20.847	18.009
Leasing	21,42%	17,64%	123	198	355	478	478	676
Consórcio	13,62%	2,22%	349	33	334	53	683	86
			<u>19.234</u>	<u>23.439</u>	<u>13.871</u>	<u>11.332</u>	<u>33.105</u>	<u>34.771</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está composta por:

	2017		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo no final do exercício 2015	9.137	16.141	25.278
Captação	2.167	16.819	18.986
Encargos financeiros	756	-	756
Transferências	21.628	(21.628)	-
Amortização - principal	(9.493)	-	(9.493)
Amortização - juros e variações	(756)	-	(756)
Saldo no final do exercício 2016	<u>23.439</u>	<u>11.332</u>	<u>34.771</u>
Captação	2.437	18.553	20.990
Encargos financeiros	2.106	-	2.106
Transferências	16.014	(16.014)	-
Amortização - principal	(22.656)	-	(22.656)
Amortização - juros e variações	(2.106)	-	(2.106)
Saldo no final do exercício 2017	<u>19.234</u>	<u>13.871</u>	<u>33.105</u>

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimento da dívida no não circulante

	2017	2016
2018	-	5.140
2019	5.221	2.691
2020	4.639	2.582
2021	2.613	800
2022	1.347	68
2023	51	51
	<u>13.871</u>	<u>11.332</u>

Os financiamentos estão garantidos pelos próprios bens financiados.

12 Salários e encargos sociais

Os saldos mantidos como salários e encargos sociais são referentes a provisões trabalhistas e encargos previdenciários.

	2017	2016
Férias a pagar	2.092	1.805
FGTS	352	324
INSS	837	838
PPR - Participação nos lucros	779	669
Outros	29	12
	<u>4.089</u>	<u>3.648</u>

13 Impostos a recolher

	2017	2016
ICMS	1.364	854
COFINS	738	509
Imposto de Renda Pessoa Juridica	325	-
PIS	160	110
Contribuição Social	150	-
IRRF	203	175
PIS/COFINS/CSLL Retenções	9	12
INSS	6	4
INSS Retido	6	10
Outros	340	278
	<u>3.301</u>	<u>1.952</u>

14 Imposto de renda e contribuição social

a. Diferidos

Os ativos e os passivos tributários diferidos representam prejuízos fiscais e diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social compensáveis ou tributáveis no futuro. Eles são calculados e classificados com base em projeções de realização e rentabilidade futura da Companhia.

A origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos é apresentada a seguir:

	2017	2016
Ativo		
Diferenças temporárias		
Provisão PPR	286	249
Provisão contingências	1.540	1.540
Outros	493	896
	<u>2.319</u>	<u>2.685</u>
Passivo		
Diferenças temporárias		
Ajustes de vida útil imobilizado (depreciação) - CPC 27	(11.903)	(11.044)
	<u>(9.584)</u>	<u>(8.359)</u>

b. Conciliação da alíquota efetiva

Os valores são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	2017	2016
Lucro antes dos tributos	7.432	13.295
Alíquota nominal	34%	34%
	<hr/>	<hr/>
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(2.527)	(4.520)
	<hr/>	<hr/>
IRPJ e CSLL s/ adições ou exclusões permanentes	(31)	27
	<hr/>	<hr/>
Impostos correntes	(1.456)	(1.295)
Impostos diferidos	(1.040)	(3.252)
	<hr/>	<hr/>
IRPJ e CSLL no resultado	(2.496)	(4.547)
	<hr/>	<hr/>
Alíquota efetiva	34%	34%

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é representado por 55.496.019 (55.496.019 em 2016) ações que representam o valor de total de R\$ 52.747 (R\$ 52.747 em 2016).

b. Reserva legal

Constituída à razão de 5% quando da apuração de lucro líquido no exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O Estatuto Social em vigor determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% quando apurado lucro líquido no exercício, conforme o parágrafo segundo, artigo 26º, do Estatuto Social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76. Em 03 de abril de 2017, houve aprovação da distribuição de dividendos aos acionistas, em ata de Reunião da Diretoria, no montante de R\$ 5.858.

16 Receita operacional líquida

	2017	2016
Serviços prestados		
Receita de transporte nacional	249.639	247.709
Receita de transporte internacional	16.797	12.991
Receita de serviços	443	459
Receita de locação	1.009	784
	267.888	261.943
Deduções		
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(42.535)	(45.871)
Devoluções e abatimentos	(411)	(374)
	(42.946)	(46.245)
	224.942	215.698

17 Custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Contrato de transporte	85.769	83.848
Salários e adicionais	30.763	29.564
Consumo de combustíveis	47.701	43.073
Pedágios	9.804	10.019
Manutenção e conservação	7.273	6.857
Despesas de viagens	3.711	4.820
Serviços de terceiros	4.183	3.952
Encargos sociais	3.173	3.163
Consumo de pneus	4.664	3.845
Serviços de rastreamento	2.603	2.681
Alugueis	1.976	1.954
Seguros	1.845	1.773
Depreciações	9.772	4.687
Outros	2.969	3.341
	216.206	203.577

Reconciliação dos custos e despesas operacionais por função:

	2017	2016
Custo dos serviços prestados	202.002	191.832
Despesas gerais e administrativas	14.204	11.745
	216.206	203.577

18 Resultado financeiro líquido

	2017	2016
Juros passivos	(5.194)	(2.868)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(481)	(297)
PIS / COFINS sobre receitas financeiras	(93)	(182)
Despesa bancária	(878)	(760)
Descontos concedidos	(12)	(210)
	(6.658)	(4.317)
Receitas sobre aplicações financeiras	1.702	3.701
Outros	348	238
	2.050	3.939
	(4.608)	(378)

19 Outras receitas operacionais, líquidas

	2017	2016
Lucro na venda de imobilizado	1.854	479
Receita de vendas de pneus	1.724	1.266
Outras	(274)	(193)
	3.304	1.552

20 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

	2017		
	Passivos financeiros ao custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil/ valor justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.744	4.744
Contas a receber de clientes	-	37.169	37.169
Passivos			
Fornecedores	10.874	-	10.874
Empréstimos e financiamentos	33.105	-	33.105

	2016		
	Passivos financeiros ao custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil/ valor justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	19.794	19.794
Contas a receber de clientes	-	21.926	21.926
Passivos			
Fornecedores	7.958	-	7.958
Empréstimos e financiamentos	34.771	-	34.771

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

- **Contas a receber** - decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menor que 90 dias);
- **Financiamentos e fornecedores** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

21 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis e possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. O valor total das ações classificadas como prováveis em 31 de dezembro de 2017 para as quais há provisão constituída é de R\$ 4.531 (R\$ 4.531 em 31 de dezembro de 2016). O valor total das ações classificadas como possíveis em 31 de dezembro de 2017 para as quais não há provisão constituída é de R\$ 9.003 (R\$ 4.605 em 31 de dezembro de 2016).

	2016	Adições	2017
Ações trabalhistas	4.505	-	4.505
Ações cíveis	26	-	26
	4.531	-	4.531

22 Transações que não envolvem caixa

A Companhia efetuou aquisição de imobilizado e intangível à prazo, no montante de R\$ 11.380 (R\$ 3.045 em 2016) que não envolveram caixa e, portanto não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

23 Cobertura de seguros

De acordo com a política corporativa de gestão de seguros da Companhia, são contratados diferentes tipos de apólices de seguros, tais como seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil, proporcionando proteção para danos a terceiros.

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil para suas operações com coberturas e condições, consideradas pela administração, adequadas aos riscos inerentes.

Ramo	Cobertura por eventos	Importância segurada	Vigência
Segmento Automóvel - Frota	Colisão, Incêndio e Roubo	1.000	07/2017 a 07/2018
Segmento Automóvel	Assistência 24	213	11/2017 a 11/2018
Segmento Automóvel - Internacional	Colisão, Incêndio e Roubo	500	03/2017 a 03/2018
Segmento Automóvel - Agregado	Colisão, Incêndio e Roubo	300	05/2017 a 05/2018
Riscos administrativos	Predial	2.000	11/2017 a 11/2018